

O setor do Mar em Portugal “funciona muito mal”

A 27 de Março a biblioteca municipal de Vila Real de Santo António recebeu o debate «Made In Algarve», promovido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDRAlg); desta vez dedicado ao setor do Mar. As críticas ao setor predominaram num encontro que contou com a presença de vários agentes do setor na região e no país, para além do presidente da câmara vilarealense e do presidente da CCDRALg. Debate foi moderado pelo jornalista Ricardo Claro.

Luís Gomes, presidente da câmara municipal de Vila Real de Santo António diz que a sua maior “frustração” enquanto autarca “prende-se com a estratégia em relação ao Mar”. Explicou que “não tem sido possível implementar o que está no papel”, frisando que “há muito que se discute o potencial do Mar, mas a verdade é que não se palavras à concretização”. Desde 2006 que o município pombalino apresentou vários projetos relacionados tanto com o frente de mar de Monte Gordo como a frente ribeirinha de Vila Real de Santo António e “há um ano que a câmara assinou contrato de gestão da zona ribeirinha, mas nada mudou; quando é imprescindível para a dinamização da nossa economia o melhor aproveitamento deste recurso natural”.

O autarca referiu as várias potencialidades que vão desde “a construção naval, indústria conserveira e náutica de recreio”. Luís Gomes lançou duras críticas à administração central, apelando “a um pragmatismo e uma administração tanto central como regional sensíveis às potencialidades do Mar”.

CCDRAlg identificou potencialidades e atrasos

Por sua vez, David Santos, presidente da CCDRALg lembrou que “apesar de todos os exercícios de planeamento estratégico e operacional, iniciados no Plano de Desenvolvimento Regional (1986-90), referirem que a Região tem que assumir a diversificação da base do seu modelo económico e o reforço da cadeia de valor das suas atividades, a verdade é que temos vindo, período de programação, após período de programação, a concentrar recursos no complexo de atividades turísticas e de imobiliária (cada vez menos competitivas) e fomos perdendo as nossas produções regionais tradicionais”.

O responsável recordou que em consequência disso o Algarve é hoje a região com a maior taxa de desemprego do país (17,2%), particularmente ao nível dos jovens (registamos 19 trimestres consecutivos com taxas superiores a 25%, atingindo 58,2% no 1ºT de 2013); uma região em convergência negativa com as médias nacionais do PIB per capita; fortemente especializada no cluster do turismo e do lazer, sem capacidade de absorver noutros setores os excedentes de desemprego, criados por variações sazonais ou conjunturais dessa atividade; uma região que perdeu competitividade e que perdeu nesse processo as suas atividades tradicionais (particularmente ao nível dos produtos ligadas à Terra e ao Mar).

Para David Santos o patamar em que o Algarve se encontra não se deve a falta de visão e ambição estratégica, mas “porque provavelmente, em dife-

rentes dimensões fomos todos menos eficientes ou menos capazes”. Este responsável regional apontou o dedo ao “governo central, porque tentou resolver de forma igual o que era diferente, criando regulamentos comuns, e sistemas de incentivos pouco ajustáveis a necessidades específicas, não encontrando mecanismos para valorizar as especificidades de cada região; à gestão Regional, porque não conseguiu garantir os instrumentos adequados para forçar a mudança e capacitar os seus empresários para essa a mudança; à Região, porque sustentada numa forte atividade imobiliária e turística, não entendeu a necessidade de transformar as potencialidades em fatores diferenciadores; aos Empresários e o tecido organizativo e associativo local, porque acreditando no crescimento eterno e contínuo das atividades turísticas, não foram capazes de forma generalizada de antecipar problemas

dinâmica dos seus setores e a força das suas atividades”. David Santos assume que, ao contrário do que a União Europeia espera, o Algarve deve “apostar menos na tecnologia do que defende a Estratégia Europeia e mais nos processos internos de inovação e adaptação da nossa estrutura empresarial”.

A programação de 2014-2020 mobilizou para a Região cerca de 319 milhões de euros (FEDER e FSE) a que se acresce mais 8,6 milhões de euros associados à Iniciativa Emprego Jovem. “Sem deixar de ser um envelope limitado é um envelope largamente reforçado em relação ao atual exercício”, o que representa mais do que o dobro da verba disponível para as empresas.

2014-2020 apontado para a inovação

O novo ciclo 2014-2020 aponta



e distribuir o risco num leque mais alargado de setores; a Universidade, porque não encontrando desafios à altura no mercado, procurou conforto nas suas áreas de valor e num conhecimento que sendo meritório, não tem tido a capacidade de produzir a mudança”.

Região deve estar voltada para os seus recursos

A posição da CCDRALg é que o Plano Operacional que está a ser preparado para o período 2014-2020, garanta à região uma capacidade reforçada de ajustar os instrumentos à sua realidade. “Nesse contexto, preparámos uma estratégia de intervenção no reforço e diversificação da sua economia, uma estratégia de Especialização Inteligente, que em articulação com a lógica nacional, assegura de forma ajustada à realidade e à nossa escala, a

como necessário o reforço da orientação para os processos de inovação e para as estratégias de especialização inteligente, mas também permite constatar que a região, especializada no cluster de Turismo e Lazer, consolidou um modelo que se mostra pouco eficaz na criação permanente de emprego e com grande sensibilidade à desaceleração económica induzida por fatores externos. “O Mar, mais do que um potencial regional, surge assim como um desígnio estratégico de afirmação e de valorização dos recursos endógenos, pela via da incorporação de mais-valias nas atividades, produtos e serviços e pela necessária transferência do conhecimento para o mercado. Mais do que a aposta em setores revolucionários, devemos orientar-nos para fazer melhor o que já fazemos bem e fazer do velho, novo, com base na introdução de inovação e de recursos humanos mais qualificados”, aludiu David Santos em VRSA.

O responsável quer uma Região mais competitiva, assente em unidades requalificadas e modernas, mas com recursos humanos qualificados. É necessário fomentar a empregabilidade, uma base económica mais diversificada, uma região sustentável e com um baixo teor de emissões de carbono, e fazer melhor o que fazemos bem (e por isso temos que continuar a apostar na consolidação e valorização das produções tradicionais), mas temos que fazer do “velho” novo, e isso passa por encontrar novas apostas e novas formas de produzir, em áreas onde a região reforce a incorporação dos produtos e a capacidade de valorizar (de preferência com incorporação de conhecimento) os subprodutos da sua transformação”. David Santos quer “apostas nas empresas de produtos do Mar, num plano de inovação para o Mar, na valorização dos produtos e serviços e fundamentalmente a

ao Mar no nosso país acederam aos fundos comunitários”, apontando o dedo aos empresários que não aproveitam os apoios financeiro da UE

Em Portugal “é preciso investir mais na investigação do mar profundo” e no que toca à produção interna “é preciso assegurar “o acesso à matéria prima”. Ribau Esteves deixou dados elucidativos. Portugal é o segundo país do mundo que mais consome peixe e apenas produz 3% daquilo que consome.

Companhia Pescarias do Algarve é pioneira em Portugal

O seminário contou ainda com a participação de um representante da Companhia de Pescarias do Algarve, empresa com 179 anos que se dedica à produção de mexilhão, ostra e vieira e cujo trabalho dos últimos anos foi apontado como um exemplo do que se pode fazer na área do mar.

Esta empresa é pioneira em Portugal ao nível da aquacultura em offshore e a produção de bivalves decorre ao longo de 52 km, sendo que a maior ambição desta empresa é ser em 2015 o maior operador de bivalves. Esta empresa conta ampliar a sua exportação de bivalves para Rússia e Médio Oriente.

A empresa quer ver a produção de mexilhão do Atlântico distinguida, pela primeira vez, com a certificação internacional para pesca ambientalmente sustentável da organização sem fins lucrativos Marine Stewardship Council (MSC), anunciou a administração da empresa.

O processo de certificação “demora em norma 12 meses” e o selo azul atribuído e impresso nos rótulos permite aos consumidores “identificarem os produtos ambientalmente sustentáveis”, segundo normas verificadas por “uma terceira parte independente”. Trata-se da empresa do setor mais antiga de Portugal e detém os direitos de exploração de zonas do ‘offshore’ de aquacultura da Armona, no Algarve, com 90% da sua produção a ser mexilhão do Atlântico destinado aos mercados português, espanhol e francês.

Desassoreamento do Guadiana «em águas de bacalhau»

No momento de debate houve quem questionasse a CCDRALg acerca do desassoreamento do Guadiana. David Santos, denunciou um atraso de um ano que do seu ponto de vista é “inaceitável”. Sem querer levantar falsas expectativas adiantou em VRSA que “em breve poderão haver novidades efetivas”, anunciando uma assinatura final do processo depois da Andaluzia ter encaixado mais um milhão de euro para a obra do desassoreamento.

na governança (com a concretização do tão desejado Simplex Mar), sem esquecer a inclusão das comunidades piscatórias, são paços que não podemos deixar de assumir para o futuro do setor na região”.

No Mar “tem havido mais poesia que economia”

Na opinião de Ribau Esteves, presidente da Associação Oceano XXI - Associação para o Conhecimento e Economia do Mar, “em Portugal no setor do Mar tem havido mais poesia que economia”. O responsável diz que falta uma visão coletiva que dê mais poder ao Mar no país, apelando à união entre os municípios que se deverão “opor a este centralismo que tem sido altamente prejudicial que não leva ao desenvolvimento”. Também no que toca ao acesso aos fundos comunitários Ribau Esteves recordou que “apenas 3% das empresas ligadas